

Projeto de Resolução n.º 1980/XIII/4.<sup>a</sup>

RECOMENDA AO GOVERNO A CONTRATUALIZAÇÃO COM OS SETORES  
PRIVADO E SOCIAL DE ALOJAMENTO PARA ESTUDANTES DO ENSINO  
SUPERIOR DESLOCADOS

Exposição de motivos

A definição de políticas públicas que criem incentivos para o crescimento do número de alunos no ensino superior e o aumento da qualificação dos portugueses deve ser uma prioridade de qualquer governo.

Segundo dados públicos, em Portugal, mais de metade dos jovens que completam o ensino secundário ficam fora do ensino superior. Este número é quase o dobro do de outros países europeus.

A atual escassez da oferta de alojamento estudantil, a preços moderados e comportáveis para a generalidade das famílias, não deixa de ser um entrave significativo, para que muitos jovens acedam, e permaneçam, anualmente, ao ensino superior.

Nessa medida, no âmbito do Orçamento do Estado para 2019, o CDS apresentou várias propostas que visavam minimizar aquele problema, mas que foram chumbadas.

No entanto, o problema é atual e tem vindo a agravar-se, pelo que urge tomar medidas que tentem minorar a falta de habitação para os estudantes deslocados e incentivem o aumento da oferta, a preços moderados.

Segundo os últimos dados oficiais disponíveis, que constam do Plano Nacional de Alojamento para o Ensino Superior (PNAES), lançado em maio passado pelo Governo, no último ano letivo cerca de 30% dos estudantes do ensino superior na área metropolitana de Lisboa eram deslocados, mas apenas 9,2% dispunham de vaga em residências

universitárias. Na área metropolitana do Porto, 35% dos estudantes eram deslocados e a oferta de camas para estudantes do ensino público era de 9,7 por cento.

Para além disso, existem a nível nacional 192 residências universitárias, com 9075 quartos e 15 370 camas para fazer face às potenciais necessidades de cerca de 114 000 estudantes deslocados.

O PNAES, promovido através das áreas governativas da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e da Habitação, “assenta prioritariamente na reabilitação de edificado existente, valorizando o património local e considerando a coesão social e territorial, tendo por base as necessidades dos estudantes das instituições do ensino superior público e respeitando a sua distribuição por todo o território nacional”.

A construção de novas residências ou mesmo a reabilitação de edificado existente, tal como é objetivo do PNAES, são soluções importantes, mas que trarão resposta, se bem-sucedidas, a médio-longo prazo. O problema do alojamento estudantil é tempo. É um tempo urgente que não pode esperar pela construção, pelo que se torna necessário, no curto prazo, contratualizar vagas na oferta privada e no setor social.

O Governo deve providenciar o aumento da oferta de alojamento, nomeadamente pública, onde se reconhece existir maiores carências e preços elevados. No entanto, podem e devem ser tomadas medidas, no presente, de parceria contratualizada com o setor privado para participar neste aumento da oferta.

Pelo exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, os deputados do CDS-PP abaixo assinados recomendam ao Governo a contratualização com os setores privado e social de vagas para alojar estudantes do ensino superior deslocados, como solução de curto-prazo e especialmente nas regiões de maior carência de oferta pública.

Palácio de São Bento, 9 de fevereiro de 2019,

Os deputados do CDS,

Ana Rita Bessa

Ilda Araujo Novo  
Nuno Magalhães  
Telmo Correia  
Cecilia Meireles  
Helder Amaral  
Assunção Cristas  
João Almeida  
João Rebelo  
Pedro Mota Soares  
Alvaro Castello-Branco  
Antonio Carlos Monteiro  
Filipe Anacoreta Correia  
Isabel Galriça Neto  
João Gonçalves pereira  
Patricia Fonseca  
Teresa Caeiro  
Vania Dias da Silva